

Débitos antigos aumentam saldo em R\$164,6 bilhões, revela BC

Reconhecimento de 'esqueletos', iniciado em 1996, ampliou-se nos últimos anos

GUSTAVO FREIRE

BRASÍLIA – A dívida líquida do setor público teria sido R\$ 164,6 bilhões menor em junho se o governo não estivesse fazendo o reconhecimento de dívidas passadas, segundo um estudo divulgado ontem pelo Grupo de Comunicação Institucional (GCI) do Banco Central (BC).

Com isso, a dívida cairia dos R\$ 750,3 bilhões (58,6% do Produto Interno Bruto – PIB) de junho para R\$ 585,7 bilhões (45,8% do PIB) no mesmo mês.

O processo de reconhecimento dos chamados “esqueletos” iniciou-se em 1996 e teve um incremento, segundo o estudo do GCI, nos últimos anos.

Os reconhecimentos de dívida no primeiro semestre deste ano alcançaram, de acordo com o estudo, o equivalente a 1% do PIB, contra 1,5% do PIB de 2001 e 0,8% do PIB de 2000.

O impacto da variação do câmbio sobre a dívida no primeiro semestre de 2002 correspondeu a 5,3% do PIB, enquanto o dos juros nominais ficou em 3,6% do PIB. O esforço de geração de superávit primário ajudou, por outro lado, a reduzir a dívida em um valor equivalente a 2,3% do PIB nos primeiros seis meses deste ano, e as privatizações, em mais 0,2% do PIB.

O texto preparado pelo GCI em tom de questionário sobre as principais dívidas em relação ao endividamento público brasileiro também ressalta que 50%

dos créditos do governo têm liquidez imediata. Isso se houvesse uma hipotética situação de necessidade de pagar toda a dívida imediatamente.

Para tanto, o

documento cita as disponibilidades da Previdência Social (R\$ 792 milhões), os impostos coletados e não transferidos por todos os níveis de governo (R\$ 4,569 bilhões) e os depósitos bancários de todos os níveis de governo (R\$ 120,659 bilhões) que estão incluídos no estudo do GCI como créditos de maior liquidez. (AE)

DÍVIDA
CORRESPONDE
A 58,6%
DO PIB